

opción

Revista de Antropología, Ciencias de la Comunicación y de la Información, Filosofía,
Lingüística y Semiótica, Problemas del Desarrollo, la Ciencia y la Tecnología

Año 34, agosto 2018 N°

86

Revista de Ciencias Humanas y Sociales

ISSN 1012-1537/ ISSNe: 2477-9385

Depósito Legal pp 198402ZU45



Universidad del Zulia
Facultad Experimental de Ciencias
Departamento de Ciencias Humanas
Maracaibo - Venezuela

Resistências à superexploração das águas minerais em São Lourenço (MG)¹

Christiane Batista de Paulo Lobato, Universidade Federal de Lavras (UFLA), chris_batista@yahoo.com.br

Samanta Borges Pereira, Universidade Federal de Lavras (UFLA), samantaborges81@gmail.com

Flávia Luciana Naves Mafra, Universidade Federal de Lavras (UFLA), flanaves@dae.ufla.br

Resumo

Objetivo deste trabalho é reconstruir a história de resistência em defesa das águas minerais em São Lourenço (MG, Brasil). Usamos como suporte teórico a opção decolonial que foi a base para realizar as entrevistas com ativistas. A análise de narrativas foi utilizada para a reconstrução da história de resistência. Os resultados apontam para uma luta que se inicia pela relação de identidade e pertencimento ao lugar e que passa por vitórias, dismantelamentos dos grupos de resistência e frequente reelaborações das estratégias de luta. Como conclusão, propomos o aprofundamento da discussão de resistência decolonial, através de outras formas de enunciação.

Palavras-chave: águas minerais; São Lourenço; resistência; Decolonial.

¹Agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo financiamento desta pesquisa.

Resistencia to the mineral Waters exploration in São Lourenço (MG)

Abstract

The objective of this work is to reconstruct the history of resistance in defense of the mineral waters in São Lourenço (MG, Brazil). We used as a theoretical support the decolonial option that was the basis for conducting interviews with activists. Narrative analysis was used to reconstruct the history of resistance. The results point to a struggle that begins with the relation of identity and belonging to the place and that goes through victories, dismantling of resistance groups and frequent reworking of strategies of struggle. As a conclusion, we propose to deepen the discussion of decolonial resistance, through other forms of enunciation.

Keywords: mineral waters; São Lourenço; resistance; Decolonial.

Resumen

El objetivo de este trabajo es reconstruir la historia de resistencia en defensa de las aguas minerales en São Lourenço (Minas Gerais, Brasil). Usamos como soporte teórico la opción decolonial que fue la base para realizar las entrevistas con activistas. El análisis de narrativas fue utilizado para la reconstrucción de la historia de la resistencia. Los resultados apuntaron para una lucha que se inició por la relación de identidad y perteneciente al lugar y que ha pasado por victorias, desmantelamientos de grupos de resistencia y frecuentes reelaboraciones de estrategias de lucha. En conclusión, proponemos la profundización de la discusión de resistencia decolonial, a través de otras formas de enunciación.

Palabras clave: aguas minerales; São Lourenço; resistencia; Decolonial.

1. INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo circunscreve-se à construção da resistência à atuação da empresa Nestlé, em São Lourenço quanto à superexploração das águas minerais e, conseqüentemente, à destruição provocada pela corporação no âmbito econômico, social, cultural e ambiental do município que se constituem em torno das fontes de água mineral.

Partimos do pressuposto de que a exploração de águas em São Lourenço por uma transnacional viabiliza-se pelo exercício da colonialidade da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2004; ACSELRAD, 2013) que se manifesta na medida em que a terra, as florestas e a água são ativos vendidos como se fossem estoques a empresas privadas num processo de expropriação em grande escala (ACSELRAD, 2013).

Isto posto, o objetivo dessa investigação é reconstruir, a partir das vozes subalternizadas, a história de resistência em defesa das águas minerais de São Lourenço. Por subalternizados entendemos atores sociais cujas experiências e pontos de vista foram muitas vezes deslegitimados em favor dos discursos e estratégias corporativas (MEMMI, 1977; CÉSAIRE, 2010; FANON, 2010; ASSIS, 2014). Assim, é por meio das narrativas dos subalternizados, e usando como suporte teórico a opção decolonial (QUIJANO 2000; ESCOBAR, 2008; WALSH, 2008; MIGNOLO, 2011), que buscamos compreender

como se constrói a história de resistência à colonialidade praticada pela Nestlé Waters no município de São Lourenço, Minas Gerais.

A relevância do trabalho no âmbito social e empírico relaciona-se a necessidade de um debate sobre a exploração de águas no mundo que cresce aceleradamente, sobretudo o processo de engarrafamento (BREI; BÖHM, 2011, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ÁGUAS MINERAIS, 2014). Tal situação oculta os conflitos envolvendo de um lado os defensores da água como *commodity* e, de outro, aqueles que lutam pela afirmação da água como um recurso comum e direito indispensável de todo ser humano (PORTO-GONÇALVES, 2008).

Nesse contexto, a discussão de experiências concretas de tais lutas, contribui para que o debate e decisões ocorram em cenários mais transparentes. Do ponto de vista teórico, o trabalho contribui com o debate que começa a ganhar destaque no campo dos estudos organizacionais sobre formas de organização que não se restringem aos padrões dominantes, como os movimentos sociais (MISOCZKY; FLORES; SILVA, 2008; FONTOURA; NAVES, 2016) e que muito revelam sobre as dinâmicas sociais contemporâneas.

O artigo está organizado em 07 sessões as quais referem-se à esta (1) Introdução; (2) à Colonialidade da natureza e (3) a Proteção do lugar e estratégias de resistência, enquanto Referencial Teórico; (4) a Metodologia, com a elaboração das categorias de análise; (5) a Resistência enquanto história das lutas dos ativistas; (6) as

Considerações finais, sintetizando o percurso e resultado deste trabalho e finalizando com a apresentação das (7) Referências.

2. COLONIALIDADE DA NATUREZA: DOMINAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E APROPRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

A colonialidade trata-se de um processo que permeia as relações e estruturas de vários países, mesmo depois de se tornarem livres da dominação colonial, estando diretamente relacionada à modernidade e ao estabelecimento da economia mundial capitalista (QUIJANO 2000; CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007; ESCOBAR, 2008; WALSH, 2008; MIGNOLO, 2011).

Enquanto o colonialismo se refere a uma ordem de dominação explícita, formal, política, cultural e social das sociedades dominantes sobre as dominadas, extinta com o fim da administração colonial (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992), a colonialidade persiste, como um elemento definidor de identidades e formas de organização dos países mesmo depois de livres do jugo formal das metrópoles.

A opção decolonial utilizada neste estudo procura não apenas diagnosticar a colonialidade, mas também compreender possibilidades de superação da mesma. (MALDONADO-TORRES, 2007). Esta colonialidade pode se estender para diversos âmbitos, como economia e política, subjetividade, conhecimento e natureza, compondo, assim, a matriz da colonialidade (MIGNOLO, 2010).

Dedicada a enfrentar a colonialidade, a opção decolonial, uma perspectiva global de libertação (MIGNOLO, 2011), fornece lentes ontológicas e epistemológicas para “compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” (BALLESTRIN, 2013, p. 89). Os estudos decoloniais da América Latina buscam romper com o controle epistêmico legitimado pela modernidade², oferecendo novos modos de entender a realidade social através de outras formas de enunciação (ESCOBAR, 2008).

O decolonialismo privilegia a resposta epistêmica do subalternizado - situado no lado oprimido e explorado da diferença colonial³- buscando superar o projeto retórico da modernidade eurocêntrica (GROSGOUEL, 2008). As histórias suprimidas são contra-histórias que promovem esta nova epistemologia (MIGNOLO, 2003). Ao mudar o lugar da enunciação do subalternizado, este novo sujeito epistemológico promove fissuras na colonialidade, superando a delimitação / restrição do pensamento territorial (MIGNOLO, 2003; GROSGOUEL, 2008).

A apropriação e expropriação de recursos naturais reflete a dominação da natureza no Brasil e na América Latina (CORONIL, 2005; ASSIS, 2014), representando a colonialidade presente na relação

²Segundo a opção decolonial, a modernidade é um fenômeno que se inicia com a colonização das Américas pela Espanha e Portugal no século XVI. A modernidade não é um processo ou período histórico no qual a Europa atingiu sua hegemonia mundial, e sim uma narrativa de um período histórico, uma autoafirmação de si mesma como centro do mundo (MIGNOLO, 2003).

³Estratégia utilizada para degradar populações/regiões a partir da modificação da diferença cultural em valores e hierarquias raciais e patriarcais, por um lado, e geopolíticas, pelo outro (MIGNOLO, 2003).

entre corporações, população local e natureza (PORTO-GONÇALVES, 2004; ACSELRAD, 2013). Ela se manifesta na medida em que terra, florestas e água são vendidos como se fossem estoques, para empresas privadas, em um processo de desapropriação em larga escala (ACSELRAD, 2013).

A apropriação capitalista da natureza não envolve apenas a natureza inerte; ao explorar de forma ininterrupta e total os recursos naturais, ignorando a história, a cultura e as relações sociais locais, nas quais os elementos materiais estão envolvidos, os agentes capitalistas exercem dominação sobre as pessoas, sobre os territórios e os projetos autônomos que tais grupos possam desenvolver e implementar. Assim, as lutas em defesa da natureza precisam ser entendidas como a defesa da diferença cultural, ecológica e econômica (CASTRO-GÓMES, 1998; ESCOBAR, 2005).

O capital global, na era neoliberalista e de degradação do Estado-nação, submete os lugares às suas operações, glocalizando⁴ cada vez mais os cenários (CORONIL, 2005; ESCOBAR, 2005). Essa configuração evidencia a subordinação dos Estados da América Latina favorecendo o estabelecimento de transnacionais em busca de recursos, principalmente naturais, para superexploração, incentivando a retirada do Estado do cenário das políticas públicas nacionais.

⁴Escobar sugere que para o lugar ser reconcebido como projeto é preciso uma nova linguagem. O termo ‘glocal’ cunhado pelo autor é uma “primeira aproximação que sugere uma atenção equânime para a localização do global e para a globalização do local” (ESCOBAR, 2005, p. 140).

Reconhecer o papel da natureza no capitalismo expande e modifica as referências temporal-geográficas que definem as narrativas dominantes da modernidade (CORONIL, 2005). Priorizar as vozes subalternizadas é uma tentativa de reconstruir a realidade local (em sua interseção com o contexto global), produzindo conhecimento fidedigno sobre a realidade (brasileira). Assume-se, portanto, que o conhecimento produzido historicamente pelos centros tradicionais de conhecimento não é o único legítimo, considerando a dinâmica social, política, cultural e mesmo ecológica das diferentes partes do mundo (QUIJANO, 2000; WALSH, 2008; MIGNOLO, 2011).

3. PROTEÇÃO DO LUGAR E A ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Para ajudar na compreensão dos movimentos de resistência presentes em São Lourenço contra a atuação e superexploração das águas pela Nestlé *Waters*, partimos da compreensão de lugar trazida por Escobar (2005)

Há uma assimetria entre o local e o global provocada pela globalização, que define que o local equivale ao lugar ou tradição, enquanto o global ao espaço, capital e história. Suprimindo o lugar, a globalização causou consequências profundas na compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza, e da economia. O lugar se configurou como o “outro” da globalização. Essa configuração minou as possibilidades de se repensar a globalização, o capitalismo e a

modernidade sob outra perspectiva que não a eurocêntria/capitalcêntrica hegemônica (ESCOBAR, 2005).

As estratégias e resistências parecem estar vinculadas muito mais à proteção de um lugar, vinculada à prática de um grupo de atores, enfatizando invariavelmente quatro direitos fundamentais: a sua identidade, o seu território, à autonomia política, e a sua própria condição de desenvolvimento (ESCOBAR, 2005).

Há vários exemplos dessas articulações na América Latina. Na Colômbia, os ativistas negros da floresta tropical da região do Pacífico têm articulado progressivamente conceitos acerca do território e da biodiversidade em sua interação com as comunidades locais, o Estado, as ONGs e os setores acadêmicos (ESCOBAR, 2005).

Em Andalgalá, na Argentina, o confronto contra uma mega-mineração transnacional instalada no país está longe de acabar, representando a determinação em defesa do território e de sua autonomia política (ARAÓZ, 2011).

A tentativa de implantação de um projeto de mineração a céu aberto, em 2007, para extração de cobre do Cerro Tres Puntas, lugar sagrado para a comunidade de Mellao Morales, foi contida por uma liminar judicial após mobilização da aldeia de Loncopué e toda a sua redondeza (PICASSO; MILÁN, 2011).

As lutas e resistências aqui resumidas são algumas das muitas que ocorreram e ocorrem em defesa de seus lugares, de sua história, de sua identidade e contra a opressão e a dominação do colonizador, mas que pouco são divulgadas. Desta perspectiva pretendemos compreender o discurso do subalternizado – os ativistas - que resistem contra a colonização da natureza – as águas minerais de São Lourenço - praticado pelo colonizador - a Nestlé *Waters*.

4. METODOLOGIA

Como nosso objetivo é resgatar a construção da resistência contra a exploração de águas em São Lourenço, foi preciso buscar as pessoas que participaram e participam desse processo. As vozes subalternizadas foram expressas por meio de quatro entrevistas semiestruturadas realizadas em 2015 (duas) e 2017 (duas). Dos entrevistados, três estão, atualmente, mobilizados contra a superexploração de águas em São Lourenço e um deles participou do início da mobilização, mas não participa mais ativamente do mesmo. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra e analisadas por meio da análise de narrativas.

Para preservarmos as suas identidades, seus nomes foram alterados. Foi utilizado o primeiro nome de quatro autores decoloniais que nos ajudaram a compreender essa história de luta e resistência: Artur, Catarina, Maria e Walter. A correspondência é intencional no sentido de refletir sobre a produção de conhecimento, na qual

pesquisadores e pesquisadoras são um instrumento que permite a tradução, sempre limitada, de uma realidade, para a escrita.

Para Pentland (1999) uma narrativa é como uma história que descreve o processo ou uma sequência de eventos que conecta causa e efeito. Elas se caracterizam por possuir uma sequência temporal, normalmente incluem início, meio e fim. Mesmo histórias fragmentadas ainda podem representar o período de tempo e a sequência.

Narrativas são importantes para caracterizar conteúdos simbólicos hegemônicos em determinados contextos, mas também revelam a emergência de conteúdos de resistência e contra-hegemônicos (ALVES e BLIKSTEIN, 2006).

Procuramos reconstruir uma descrição sintética das especificidades da história de resistência contra a atuação da Nestlé em São Lourenço (Minas Gerais); selecionamos extratos das narrativas dos subalternizados que expressam as “vozes” e interpretações desses atores envolvidos no processo de resistência, sobre a colonialidade praticada pela Nestlé *Waters* no município, usando como suporte teórico a opção decolonial. As narrativas selecionadas foram agrupadas em quatro categorias de análise.

As categorias analíticas que orientaram as análises foram identificadas a partir das próprias narrativas e da teoria privilegiada nesse estudo que revelaram essenciais na compreensão da construção

da resistência. São elas: a) história e identidade com as águas minerais; b) denúncias e vitórias; c) perseguições, aliciamentos e neutralizações; d) união institucional para a força de combate.

A motivação para se envolver nessa luta inicia-se com a “**História e identidade com as águas minerais**” e de proteção da natureza ali presente. Devido à fama de cidade das águas medicinais, São Lourenço parece ter recebido muitas pessoas que fixaram residência nesse lugar, na busca por um estilo de vida mais voltado à natureza, com um viés místico em busca do bem-estar. Em virtude disso, o grupo que se dedicou e/ou se dedica à defesa deste lugar é formado por muitos moradores que não são nativos, mas mobilizaram-se em defesa do lugar que escolheram para viver.

Para defender esse lugar, as narrativas dos militantes contam as estratégias que utilizaram para minimizar os estragos que a empresa vem provocando, categoria que chamados de “**Denúncias e vitórias**”. Essas estratégias envolveram a organização dos grupos, a ações efetivas que envolveram denúncias na mídia local e nas redes sociais, manifestações nas ruas e ações judiciais contra a empresa, além das vitórias conquistadas.

Ao ser confrontada sobre sua presença e destruição, a empresa se volta contra os militantes, em processos judiciais, sedução da comunidade local ou ainda na cooptação do poder público, categoria que denominamos de “**Perseguições, aliciamentos e neutralizações**”. A opressão provocada pela empresa desanima os militantes,

desorganiza as estratégias e ações de luta e resistência, enfraquecendo o movimento que precisa se refazer para retomar o enfrentamento.

A assimetria de poder entre a corporação, que tem o Estado conivente com seus processos de destruição, vem diluindo os movimentos. Mas esses, impulsionados pela relação de afeto e necessidade de proteção desse lugar, se refazem. Sustentam-se na esperança de retomar São Lourenço e de recuperar e manter viva as águas minerais. Para isso, se reorganizam de tempos em tempos, revendo sua estratégia, categoria que nomeamos “**União interinstitucional para a força de combate**” e que envolve a união com outros grupos, sejam eles movimentos regionais que estão lutando pelas águas, movimentos nacionais que lutam por outras causas (sociais), o apoio de universidades, num conjunto de forças de mobilização com o objetivo do enfrentamento direto, tomando o destino em suas próprias mãos.

Os enxertos selecionados das narrativas e o contexto histórico de colonialidade do município foram analisados pelo imbricamento com a teoria decolonial e serão apresentados nas sessões seguintes.

5. A RESISTÊNCIA

A superexploração das águas minerais pela Nestlé, desde 1992, trouxe uma série de problemas para a região - rebaixamento dos níveis dos lençóis freáticos subterrâneos, diminuição do volume de vazão das fontes e alteração de sabores das águas (NINIS, 2006; QUEIROZ,

2011; OLIVEIRA, 2011) - muitos deles registrados em trabalhos científicos, mas que no contexto da dominação pelas corporações não teve grande divulgação ou reflexos mais amplos sobre a sociedade.

A questão central para pensar a resistência a partir da opção decolonial é compreender as formas de atuação dos diversos grupos que surgiram em defesa dessas águas. A narração dessa história será contada nas sessões seguintes.

HISTÓRIA E IDENTIDADE COM AS ÁGUAS MINERAIS

A categoria “História e identidade com as águas minerais” alude à relação que as pessoas têm com São Lourenço e suas águas, esse lugar que ultrapassa a delimitação geográfica do município. O pertencimento ao lugar vincula-se à experiência da localidade, à troca material e simbólica que alguns moradores de São Lourenço têm com a água e essa com a história local.

Escobar (2005) aponta que existe um sentimento de pertencimento mais importante do que queremos admitir, o que faz considerar que a ideia de defesa do lugar como projeto – nas palavras de Dirlik– seja questão relevante, sem “naturalizar ou construir lugares como fonte de identidades autênticas e essencializadas” (ESCOBAR, 2005, p. 134), mas reconhecendo a importância dos modelos locais de relação com a natureza, sustentados sobre vínculos ininterruptos entre os mundos biofísico, o humano e o supranatural (ESCOBAR, 2005).

A resistência à corporação é impulsionada pela relação de pertencimento que os ativistas têm com o lugar e as atividades que o definem.

Desde criança, eu sempre fui muito ligado com a área turística, por 7 anos eu trabalhava nesse hotel [...]. Então eu sempre acompanhei muito a questão da água, eu ouvia falar de água o tempo inteiro [...] e eu fui me, instintivamente, conscientemente tendo uma identidade com aquilo (WALTER, 2017).

A gente queria que as águas fossem respeitadas. Isso aí é um santuário né? Sete fontes de água mineral, pensa bem, né? Puxa vida, precisa de 30 anos para poder extrair os minérios das rochas. (MARIA, 2017).

Porque naquela época tinha tratamento pras águas minerais e esses tratamentos duravam 21 dias [...]. Era o mês de janeiro e fevereiro, mês de junho, a cidade, mas lotadíssima, hotéis todos lotados [...]. Hoje não tem mais, não existe mais a cura da doença pela água, pela natureza. Conseguiram acabar com tudo isso (CATARINA, 2015).

Os excertos anteriores revelam a identidade dos ativistas com o local pela vivência (“desde criança”), pelo trabalho (“ligado com a área turística”). Também por uma compreensão da vida além do econômico, manifestada pela entrevistada MARIA (“isso é um santuário”) ou de Catarina, que lembra a água como fonte de cura que a percepção dos moradores de Andalgalá, na Argentina, onde a água vale mais do que ouro, é a fonte sagrada da Água-Vida, água que rega a vida das pessoas, que detém um saber-crença sobre a água que nasce de uma forma de pensar-viver-sentir o seu território (ARAÓZ, 2011).

Se a água é o que define o lugar e os sujeitos se sentem parte do lugar a luta em defesa das águas, do município é também uma luta pela identidade dessas pessoas. Natureza, indivíduo, cultura estão em conexão, mas não como algo a ser dominado, e sim como uma realidade que existe concretamente, embora todo o aparato (neo) colonial insista em negá-la. Ao exigir o respeito pelas águas, a ativista expressa a relação ininterrupta entre ser e natureza, em uma convivência harmônica e contínua (ESCOBAR, 2003).

A colonialidade está na priorização dos interesses comerciais da Nestlé *Water* em São Lourenço demarcado pela superexploração das águas minerais em detrimento a qualquer outro tipo de relação que os moradores do município tenham com a água e com o lugar, desrespeitando a história local.

Eles estão acabando com uma história, eles tão comprometendo uma cidade, que tem a história toda apoiada na água mineral (WALTER, 2015).

A exploração inescrupulosa das águas de São Lourenço reflete a visão binária entre natureza e sociedade, descartando suas relações, julgando-as como mitos, folclores e lendas, que precisam ser superadas pela racionalidade instrumental, a utilização da natureza como estoque (WALSH, 2008; ACSELRAD, 2013). Mas, os laços de pertencimento desenvolvidos em pessoas que não nasceram mas escolheram viver no local (grande parte dos ativistas vem de outros locais do país), levam ao desenvolvimento de uma visão de mundo contrária à dominação que

alimenta as estratégias de resistência adotadas por eles para proteger o lugar.

DENÚNCIAS E VITÓRIAS

A estratégia dos ativistas em defesa de São Lourenço circunscreve-se a basicamente três tipos de ações: as manifestações nas ruas, as ações públicas e a atuação nas redes sociais e mídias locais, todas com o objetivo de denunciar os impactos causados pela corporação, seja pela informação, sensibilização ou mobilização da comunidade para angariar força na resistência.

Três grandes momentos marcam as vitórias desses grupos: o abraço no parque, a extinção da *Pure Life*⁵ e a solicitação de tombamento dos recursos hídricos do Parque das Águas. Essas conquistas foram o resultado do primeiro movimento que surgiu no município em defesa das águas - o Cidadania pelas Águas - e do movimento atual, Amar'água, (desde 2012) e formado por remanescentes do movimento pioneiro e novos membros.

Em 2001 ocorreu a maior manifestação em defesa das águas no município, momento que data a criação do movimento Cidadania pelas Águas e que contou com a presença da população local e de turistas.

⁵ Água produzida e comercializada ilegalmente, a partir da desmineralização da água do Poço Primavera e do adicionamento de sais.

Resolvemos fazer o abraço ao parque. Foi lindo, que tinha umas duas a três mil pessoas. Teve tudo que tinha direito: de hino nacional, show, pai nosso [...]. E foi muito legal [...]. Tinha imprensa daqui e da região toda. Só saiu nos jornais daqui (MARIA, 2015).

Assim como em Andalgalá (Argentina), a prepotência do poder (do capital internacional e da convivência dos representantes) provocou indignação e o então abatimento deu lugar ao renascimento das próprias forças e da força da união. A força simbólica dos movimentos coletivos fez emergir a determinação e a solidariedade, que deixam raízes e marcam os lugares de resistência (ARAÓZ, 2011).

O abraço ao parque, um movimento fluido, público, onde não a reação da empresa não se fez sentir prontamente, e que teve grande adesão, mobilizou e estimulou outras ações dos ativistas, que aproveitaram o “abraço” para coletar assinaturas num abaixo assinado de repúdio à superexploração das nossas águas minerais.

No mesmo ano (2001), o movimento Cidadania pelas Águas começou as primeiras denúncias junto ao Ministério Público, culminando na abertura de uma ação civil pública que foi concluída em 2006 obrigando a empresa encerrar a produção da água *Pure Life*.

Conseguimos que parassem de fabricar aquela água que foi uma vitória porque, cidadãos contra a Nestlé, é uma vitória. Mas não foi o que a gente pretendia. A gente pretendia que realmente parassem de explorar aquela quantidade [de água] (MARIA, 2015).

Apesar da vitória na justiça os ativistas entendiam que todas as ações da empresa eram predatórias e, mesmo com o fim da produção de uma marca de água, a superexploração e todos os seus riscos continuavam. Por isso, já haviam iniciado (em 2013) um processo pedindo o tombamento do Parque das Águas de São Lourenço. Os ativistas e agentes do Ministério Público informaram que o tombamento deveria ser oficializado em 2015. Mas, sem qualquer explicação, essa decisão não foi oficialmente divulgada até o terceiro trimestre de 2017.

Para os militantes, a solicitação de tombamento e a expectativa de aprovação já é um êxito, apesar de não ser o objetivo final do movimento, que é a saída da empresa e o fim da exploração das águas no município.

A única coisa que eu considero é o tombamento do parque [...]. Não é o que a gente queria, mas já é um primeiro passo, porque no meu ver, eles não tão nem aí [...]. Se não for tomar eles podem, acabam com a água o mais rápido [...], não tem outra alternativa, então vamos partir pra outro tipo de turismo, o parque ecológico[...] (CATARINA, 2015).

O que os ativistas compreenderam ao longo do processo, é que lutar contra uma corporação transnacional é uma luta muito desigual e que a empresa enquanto estiver atuando no município não vai considerar as demandas do lugar ou das pessoas. Guiada pela colonialidade da natureza, a empresa precisaria ser expulsa ou barrada (como se observa em outros casos bem-sucedidos de resistência na América Latina) para que a situação de fato se modificasse. Por isso,

apesar das conquistas, os ativistas enfrentam o peso de um objetivo muito grande e ainda distante do seu horizonte concreto.

Os ativistas de São Lourenço pouco contaram com o apoio do poder público, do Estado, dos representantes locais, regionais e nacionais e das universidades. Os raros suportes vieram de um único representante do Ministério Público, de municípios vizinhos na luta em defesa das águas e de ativistas internacionais. As frequentes ações da empresa contra os ativistas, provocaram desarticulações que enfraquecem o movimento que se vê, muitas vezes, imobilizado em sua capacidade de ação.

PERSEGUIÇÕES, ALICIAMENTOS E NEUTRALIZAÇÕES

É marcante nas narrativas dos ativistas a compreensão da imobilização da sociedade por medo das consequências pessoais, profissionais e sociais que a comunidade possa vir a sofrer. Isso explica porque houve grande apoio ao abraço ao parque, mas, nos eventos políticos e nos debates com representantes da Nestlé ou na discussão de estratégias sempre houve reduzida participação. Apoio nas redes sociais são frequentes, mas a defesa explícita é coibida pelo medo e pela sedução, esta última, principalmente pelo poder público, categoria que denominamos “Perseguições, aliciamentos e neutralizações”.

A manutenção da dominação envolve, além da coerção, do uso da força, o convencimento que neutraliza as reações dos grupos

subalternizados por discursos cotidianos e públicos que associam lucro local e benefício global (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; ASSIS, 2014), que manipulam comportamentos, políticas públicas e a dinâmica social dos territórios tomados pelas corporações.

Como a estratégia do grupo é fortemente voltada às denúncias em mídias locais ou nas redes sociais e ações judiciais, alguns membros começaram a sofrer retaliações. Os autores de duas matérias publicadas em jornais locais contra a empresa sofreram ações judiciais da Nestlé. Em uma delas, ocorrido em 1998, a empresa perdeu nas três instâncias. Na outra, houve intimidação e o processo foi extinto.

Desde o início dos movimentos, a principal preocupação dos ativistas era com as pressões e retaliações que os membros do grupo poderiam vir a sofrer. Para resguardá-los e manter a atuação dos membros, algumas estratégias foram estabelecidas como a ausência de chefia e de formalização do movimento (ausência de razão social e sede, por exemplo).

Tivemos que mudar diversas vezes de local [...] porque havia umas pressões externas, umas pequenas ameaças, tipo ‘*Vamos ai fazer uma inspeção de fiscalização*’ essas coisas assim [...]. Nunca quisemos [uma formalização], a gente não queria que tivesse uma pedra. Eles queriam muito que a gente oficializasse. Se eles querem a gente não vai querer. Por que a gente sabe como é que funciona isso né? (MARIA, 2017).

A narrativa anterior mostra a fluidez do movimento, mudando os locais da reunião, resistindo às ameaças, como maneiras de fugir do campo onde a empresa os queria; formalizados, seriam alvo de processos judiciais e criminalização gerenciados por uma equipe de advogados da empresa com experiência nesse tipo de situação. Mas, fora da esfera formal, a empresa não poderia usar suas armas mais comuns, compreendida pelos ativistas: “Se eles querem a gente não vai querer. Por que a gente sabe como é que funciona isso né?”. O enxerto abaixo reforça essa estratégia do grupo:

Porque a gente não tem identidade jurídica no grupo, eles não têm a quem processar, então se ficar um empurrando pro outro eles não vão achar ninguém. É o nosso trunfo, entendeu? “*Ah mas cê não sabe como?*” Não sei, eu sou do grupo há 10 anos, 3 anos, não vi, não participei, quando eu vi, peguei na rua, já tava pronto, não sei quem foi o mentor disso daí. É a forma que a gente tem juridicamente de escapar desses caras (WALTER, 2015).

Contudo, a ausência de uma identidade jurídica, não impede que a empresa use outras formas de inibir a resistência. Diferente de uma ação judicial, que pode ser resolvida dentro dos parâmetros legais, a coerção sutil, que causa desconforto e prejuízo nas relações cotidianas, não tem rosto e não pode ser diretamente combatida. Perseguições, aliciamentos, pressões sociais desarticulam os ativistas, como podemos perceber nos trechos selecionados:

Então fiquei só com a parte terapêutica e [...] tinha algumas pessoas que [...] que cuidava do parque e que não vieram mais. Normal, né? Porque eu tava lutando contra aquilo que era o

sustento daquelas pessoas e as pessoas tem medo (MARIA, 2017).

E, pressão, esses tipos de pressão, “Oh, cuidado com o que você tá falando, senão você pode se dar mal” (MARIA, 2017).

A dominação da Nestlé não envolve apenas a água mineral, mas o controle sobre as pessoas e seus desejos para os seus lugares (CASTRO-GÓMES, 1998; ESCOBAR, 2003) além do controle da economia (local e nacional) e da autoridade sobre o território (MIGNOLO, 2011), minando as possibilidades de se repensar sob outra perspectiva que não a hegemônica (ESCOBAR, 2005). O grande capital se infiltra e dita as regras sobre as sociedades, a natureza e o próprio Estado, que perde cada vez mais o controle sobre seu território e biodiversidade.

A resistência é o encontro entre duas forças diferentes que se confrontam. Definido o enfrentamento, o confronto é modificado na sua fronteira e ocorre a neutralização do caráter político da resistência e do enfrentamento (PORTO-GONÇALVES, 2011).

A neutralização frequentemente ocorre via programas de responsabilidade social, por meio dos quais as corporações justificam “devolver à sociedade aquilo que ela lhe proporciona”. Entretanto, a Nestlé *Waters* em São Lourenço, sequer oferece um programa efetivo de responsabilidade social ou de minimização dos impactos e oferece à população migalhas que desarticulam pelo convencimento, o levante contra a empresa:

Eles cegam as pessoas. Eles dão dinheiro pro hospital, cinquenta mil reais, eles dão dinheiro pro fundo de manutenção da associação de artesanato, inclusive um gladiador nosso muito bom que a gente perdeu, [...] hoje não quer porque[...] a associação de artesanato recebe fundos da Nestlé [...]. Então eles neutralizam as pessoas assim (WALTER, 2015).

Tem uma locadora ali [...] tem o cantinho Nestlé, faz aquele cantinho bonitinho, colocando todos os produtos da Nestlé, tem chocolate, isso, isso, aquilo[...] aí eles fazem aquela propaganda (CATARINA, 2015). Vai o pessoal lá fotografar, botar em jornal. [...]. Eles colocam filosofias, eles escrevem poemas filosóficos bonitos sobre a água mineral, a responsabilidade social da Nestlé, do trabalho sustentável da Nestlé (WALTER, 2015).

Então eles fazem agora, nesse início de março, [...] uma passeata pela cidade com cavalos, com umas coisas assim, gente. Ai reúne lá na frente do parque e dão medalhas para as pessoas da cidade que se tornam comendadores. As pessoas nem sabem o que está acontecendo. E as pessoas se sentem importantes. Então eles vão se aliciando de leve e ai vão, as pessoas se sentem, é claro, recebendo uma medalha elas se sentem importantes (MARIA, 2017).

O uso de recursos financeiros, doações, a presença sempre organizada em locais públicos, o apoio da mídia e aproximação com pessoas ou grupos estratégicos que passam a se sentir “importantes”, permite à Nestlé criar uma boa imagem no local, bem como estabelecer laços de dependência de grupos e pessoas para com ela. Assim, quando se propõe uma crítica à corporação, as pessoas e organizações que estão dependentes dessa relação se posicionam contra os ativistas, enfraquecendo a resistência.

A empresa desarticula a organização social quando financia pequenos projetos – recurso ínfimo se comparado aos lucros da empresa e aos prejuízos que ela deixará para o município – rechaçando possíveis ativistas e seduzindo a população local.

Os movimentos se organizam, se mobilizam, mas se enfraquecem pelas retaliações sofridas por seus membros. As frequentes derrotas e ausência de vitórias vão debilitando o movimento. Mas daí se recompõem, mudam o nome, atraem novos membros, persistem e refazem a estratégia futura para reconquistar São Lourenço.

UNIÃO INTERINSTITUCIONAL PARA A FORÇA DE COMBATE

Contra todas essas desarticulações e dismantelamentos – da luta judicial à luta cotidiana contra as represálias, os ativistas seguem atuando em defesa da história passada, presente e futura de São Lourenço, em momentos de esperança e de desalento, mas conectados e sincronizados pela motivação maior: a retirada da empresa e a retomada de seu território e de suas águas milagrosas.

Hoje, as ações de resistência estão concentradas em formas individuais e, principalmente virtuais de denúncia contra a exploração de águas, por meio de elaboração de vídeos e na disponibilização de informações nas redes sociais.

A última manifestação pública ocorreu em 2015 no Dia Mundial da Água onde se realiza, desde 2011, a entrega da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço. Esta comenda é destinada a condecorar personalidades que se destacaram em prol do meio ambiente, do turismo e do desenvolvimento socioeconômico e cultural de São Lourenço, de Minas Gerais e do Brasil. As articulações futuras pensadas pelo grupo que está à frente desde 2013, o Amar'água, e que conta com cerca de oito membros, parecem estar mais alinhadas às estratégias de outros grupos de resistência que passaram e passam pela apropriação de seus territórios, de sua natureza e de sua história.

As demandas desse grupo para continuar a luta passam pelo apoio da universidade, como forma de legitimar suas críticas.

O que a gente precisava, que vocês poderiam nos ajudar a conseguir, seriam geólogos. Mas a gente não tem dinheiro pra pagar, são estudantes de geologia, estudantes de arquitetura, estudante de meio ambiente, que viessem aqui e fizessem esse estudo, mas desde que seja comprando a nossa causa, porque é o único jeito que se tem de saber (CATARINA, 2015).

Esse tipo de articulação entre movimentos sociais e academia é necessária e muito positiva em várias situações de conflito socioambiental. A demanda é legítima, a exemplo da luta na Colômbia pelos ativistas negros da floresta tropical da região do Pacífico, que têm articulado com as comunidades locais, o Estado, as ONGs e os setores acadêmicos e que introduziram a definição de “biodiversidade” como “território mais cultura” (ESCOBAR, 2005).

Além da universidade, o apoio de outros movimentos, mesmo que não estejam na luta pelas águas, mas com o objetivo da justiça social, faz parte dos planos do atual movimento Amar'água:

Então tem que haver uma mobilização nacional contra tudo quanto é tipo desse extrativismo predatório e que o movimento da gente possa estimular de alguma maneira, possa ajudar, porque o cachorrinho nosso é grande, não é pequenininho não, não é chiuaua não, o nosso é cachorro grande (WALTER, 2015).

Tem uma entrevista marcada com um cara importante [...] presidente de uma organização internacional de trabalhadores. Você tem que começar a se juntar com instituições, independentes de quais sejam os interesses deles. [...]. Eles são poderosos e precisamos do apoio deles. [...]. Já que o Ministério Público local não toma atitude nenhuma, vamos botar esse pessoal pra trabalhar. [...]. (WALTER, 2017).

Em dezembro, fizemos uma reunião aqui [...], a ONG fez uma petição formal para o Comitê de Bacia Hidrográfico do Rio Verde, para levar o assunto da água mineral pro fórum mineiro. [...] Mas a gente vai tentar levar a Comissão Permanente de Crenologia, pra essa reunião, e os deputados que possam nos ajudar com essa reunião que também que for (ARTUR, 2017).

Como em Loncopu é, os militantes de São Lourenço estão tomando fôlego e se aproximando de outros movimentos mais fortalecidos, além de ONG's, comitês pelas águas, comissão permanente de crenologia, possíveis deputados apoiadores da causa, numa tentativa de mobilização nacional em defesa dos recursos naturais nacionais e contra a economia baseada no extrativismo que destrói lugares, histórias e pessoas.

No contexto da colonialidade as forças individuais e coletivas de luta são desmontadas para a liderança não mais da elite local, mas do capital internacional. Contra ele, não há diálogo, não há legislação, não há respeito. Apesar disso, muitos ativistas ainda se mostram dispostos a continuar a luta.

Eu não vou desistir, não vou, jamais, vou desistir. Não vou, não vou (WALTER, 2017).

A negação das realidades pré-existentes à chegada do colonizador – no passado, os bandeirantes, na contemporaneidade, as corporações e o capital internacional – perpetua na história do município.

O presente está sendo forjado pela ação do dominante, mas isso não significa que não haja resistências a esse processo, fato descrito pela incansável história de luta e resistência dos ativistas de São Lourenço que se desfalece e revigora continuamente desde o final da década de 90.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs reconstruir, a partir das vozes subalternizadas, a história de resistência em defesa das águas minerais de São Lourenço, Minas Gerais, Brasil. As análises demonstraram que, sob a ótica ‘decolonial’, a atuação da transnacional Nestlé na superexploração de água mineral no município constitui uma estratégia contemporânea de colonização enraizada na apropriação de recursos

naturais. No contexto analisado, infere-se que a diferença colonial favorece a manifestação da colonialidade da natureza, que por sua vez reforça a colonialidade e realimenta a diferença colonial.

Por meio da globalização, o capital se infiltra e dita as regras sobre as sociedades, a natureza e o próprio Estado, que perde cada vez mais o controle sobre seu território e biodiversidade, refém das demandas do mercado financeiro. Nesse cenário, a como ditização da natureza gera esgotamento dos bens ambientais de uso global comum (terra, ar, água) e a degradação de habitats naturais, mantendo alienados e subordinados os seres humanos que se inserem nesse sistema, sem qualquer alternativa.

A partir da construção deste trabalho, argumenta-se que a base da posição de poder da transnacional Nestlé em São Lourenço se dá por meio da natureza diversa de suas fontes de poder que englobam aliança a elites locais, enlaces políticos nas mais diversas esferas e estabelecimento de tradição e influência local.

Argumenta-se também que essa base já foi desvelada pela mobilização da sociedade local reunida nos grupos Cidadania pelas Águas e Amar'Água que lutaram e lutam pela desestruturação desse arranjo sócio-político (cultural) e instrumentalização de processos de resistência a esse modelo estrutural e suas consequências.

Sob a perspectiva decolonial e a partir do *lócus* de enunciação, evidencia-se que a colonialidade vem sendo combatida pela

mobilização da sociedade civil que luta contra a apropriação da biodiversidade local pela transnacional, alterando sua condição de subalternidade e invisibilidade, exercendo inclusive, papel político, ao buscar a decolonização da natureza, reconstruindo as relações de poder sócio-históricas e culturalmente construídas.

Finalmente, argumenta-se que há mudanças significativas nos processos de colonização contemporâneos cujo poder não está centrado nos estados-nação, mas sim em corporações transnacionais organizadas em rede que se aliam a elites locais estabelecendo bases para ampla e duradoura dominação. Tais argumentos são importantes para instrumentalizar processos de resistência à colonialidade e também para refletir teoricamente sobre o papel das corporações, organizações cujo papel, poder e dinâmica vão muito além das concepções que ainda persistem no âmbito da pesquisa, ensino e no senso comum de nossas sociedades.

Acredita-se que este trabalho possa contribuir para reflexão da dinâmica de poder exercida pelas grandes corporações atualmente nas sociedades. O referencial teórico de análise utilizado pode ser transposto para outros casos de disputas de grupos sociais e grandes organizações em diferentes territórios.

7. Referências

ACSELRAD, Henri. 2013. “Desigualdade ambiental, economia e política”. **Astrolabio**. Nº. 11: 105-123. Centro de Investigaciones y Estudios sobre Cultura y Sociedad (CIECS). Córdoba (Argentina).

- ALVES, Mario Aquino; BLIKSTEIN, Izidoro. 2006. “Análise da narrativa”. In: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DEMELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. Saraiva, São Paulo (Brasil).
- ARAÓZ, Horácio Machado. 2011. “‘Agua Rica’. Conflicto colonial. Guerra de religiones”. In.: **Bicentenarios (otros), transiciones y resistencias**. Una Ventana, Buenos Aires (Argentina).
- ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. 2014. “Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo”. **Caderno CRH**. Vol. 27, Nº. 72: 613-627. Universidade Federal da Bahia. Salvador (Brasil). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n72/11.pdf>. Acesso em 07.02.2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ÁGUAS MINERAIS. 2014. "Verão atípico reforça tendência de crescimento do setor de água mineral". **Revista Água e Vida**. Ano 15, No.: 81: 17- 18. São Paulo. Disponível em: <http://www.revistaaguaevida.com.br/wp-content/uploads/2014/06/Site-Revista-ed.81.pdf>. Acesso em 14.04.2017.
- BALLESTRIN, Luciana 2013. “América Latina e o giro decolonial”. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Nº. 11: 89–117. Universidade de Brasília. Brasília (Brasil). Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/9180/6893>. Acesso em 05.02.2017.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. 2009. **O novo espírito do capitalismo**. Martins Fontes, São Paulo (Brasil).
- BREI, Vinicius; BÖHM, Steffen. 2011. “Corporate social responsibility as cultural meaning management: a critique of the marketing of ethical bottled water”. **Business Ethics**. Vol. 20: 233-252. Oxford (USA).
- CASTRO-GÓMES, Santiago. 1998. “Latinoamericanismo, Modernidad, Globalización. Prolegómenos a una crítica poscolonial de Larazón”. In.: CASTRO-GÓMEZ, S.;

- MENDIETA, E. (orgs.). **Teoriassin disciplina**. Miguel Ángel Porrúa, Cidade do México (México).
- CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. 2007. “Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico”. In.: **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más Allá del capitalismo global**. Siglo Del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, Bogotá (Colômbia).
- CÉSAIRE, Aimé. 2010. **Discurso sobre o colonialismo**. Letras Contemporâneas, Blumenau (Brasil).
- CORONIL, Fernando. 2005. “Natureza do pos-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo”. In.: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Buenos Aires (Argentina).
- ESCOBAR, Arturo. 2005. “El lugar de La naturaleza y la naturaliza del lugar: ¿globalización o post desarrollo?”. In.: LANDER, E. (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Buenos Aires (Argentina).
- ESCOBAR, Arturo. 2008. **Territories of Difference: Place, Movements, Life, Redes**. Ed. Duke University Press, Durham (England).
- FANON, Frantz. 2010. **Os condenados da terra**. Ed. UFJF, Juiz de Fora (Brasil).
- FONTOURA, Yuna; NAVES, Flávia. 2016. Movimento agroecológico no Brasil: a construção da resistência à luz da abordagem neogramsciana. **Organizações & Sociedade (Online)**. Vol. 23, No.: 77: 329-347. Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA). Salvador (Brasil).
- GROSGOUEL, Ramón. 2008. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Nº. 80: 115-147.

- Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Coimbra (Portugal). Disponível em <https://rccs.revues.org/pdf/697>. Acesso em 10.03.2017.
- MEMMI, Albert. 1977. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Paz e Terra, Rio de Janeiro (Brasil).
- MIGNOLO, Walter. 2003. **Histórias locais/projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Ed. da UFMG, Belo Horizonte (Brasil).
- MIGNOLO, Walter. 2010. **Desobediencia epistémica: retórica de La modernidad, lógica de La colonialidad y gramática de La descolonialidad**. Ediciones Del Signo (Argentina).
- MIGNOLO, Walter. 2011. **The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options**. Duke University Press, London (England).
- MISOCZKI, Maria Ceci; FLORES, Rafael Krutner, SILVA, Sueli Maria Goulart. 2008. “Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos?”. **Cadernos EBAPE.BR**. Vol. 6, No.: 3: 1-14. São Paulo (Brasil). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v6n3/v6n3a07.pdf>. Acesso em 12.10.2017.
- NINIS, Alessandra Bortoni. 2006. **A Ecologia política e a exploração da água mineral de São Lourenço**. 2006. 163 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. Brasília (Brasil).
- OLIVEIRA, Jaciara Alves. 2011. **Águas (de) São Lourenço: investigação sobre os impactos da exploração de água mineral no turismo sustentável**. 2011. 219 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto (Brasil).
- PENTLAND, Brian. 1999. “Building process theory with narrative: From description to explanation”. **Academy of management Review**. Vol. 24, Nº. 4: 711-724. Academy of Management. New York (USA).

- PICASSO, Elena; MILAN, Adriana. 2011. “Outra historia de los tempos Del bicentenario em La Patagonia Argentina. Mapuche y poblaciones patagónicas cordilleranas em resistências”. Mimeo.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. 2004. **O desafio ambiental**. Ed. Record, Rio de Janeiro (Brasil).
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. 2008. “A Luta pela Apropriação e Reapropriação Social da Água na América Latina”. **Observatorio Latinoamericano de Geopolítica**, p. 1-22, Ciudad del México (México). Disponível em <http://www.geopolitica.ws/media/uploads/Wporto1.pdf>. Acesso em 10.09.2017.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. 2011. “Abya Yala, El descubrimiento de América”. In: **Bicentenarios (otros), transiciones y resistencias**. Una Ventana, Buenos Aires (Argentina).
- QUEIROZ, J. T. M. 2011. **O campo das águas envasadas: determinantes, políticas públicas, consequências socioambientais, qualidade das águas e percepções**. 2011.254 p. Tese (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte (Brasil).
- QUIJANO, Aníbal. 2000. “Colonialidad del poder y clasificación social”. **Journal of World-systems Research**. Vol. 11, Nº. 2: 342-386. American Sociological Association, University of Pittsburgh. Pittsburgh (USA).
- QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. 1992. “Americanity as a concept, The Americas in the modern world-system”. **International Social Science Journal**. Vol. 44, Nº. 4: 549 - 557. UK- based publishers John Wiley and Sons, London (England).
- WALSH, Catherine. 2008. “Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad- las insurgencias político-epistémicas”. **Tabla Rasa**. Nº. 9: 131-152. **Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca**. Bogota (Colombia). Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/396/39600909.pdf>. Acesso em 18.08.2017.



UNIVERSIDAD
DEL ZULIA

opción

Revista de Ciencias Humanas y Sociales

Año 34, N° 86, 2018

Esta revista fue editada en formato digital por el personal de la Oficina de Publicaciones Científicas de la Facultad Experimental de Ciencias, Universidad del Zulia.
Maracaibo - Venezuela

www.luz.edu.ve

www.serbi.luz.edu.ve

produccioncientifica.luz.edu.ve